



FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA

**Relatório e Contas
Exercício de 2013**



Relatório do Conselho da Administração

1. APRESENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA: DA SUA CONSTITUIÇÃO ATÉ À SUA ATIVIDADE EM 2013

A Fundação Renal Portuguesa é uma Fundação sem fins lucrativos reconhecida pela Direção Geral da Segurança Social como uma instituição particular de segurança social em 10 de Maio de 2010, com sede na Rua Armando Cortez, nº.1, 2º-B, 2770-233 Paço de Arcos, com o NIF: 509 393 799. Tem como principal objeto social a construção e gestão de clínicas para o tratamento de doentes renais crónicos através de sistema substitutivo da função renal, vulgo hemodiálise.

Para tal propôs-se construir de raiz e gerir 15 centros para tratamento de doentes renais crónicos, a localizar onde as necessidades sejam mais prementes, em conformidade com a estratégia definida pelo Ministério da Saúde.

Foi elaborado e apresentado processo para estabelecimento de convenção com a Administração Regional de Saúde do Alentejo, e que veio a ser formalizado em 5 de Abril de 2011, estando previsto o início de atividade do centro para Maio do mesmo ano. Posteriormente, em 26 de Abril de 2011, foi estabelecida convenção entre o Ministério da Saúde e outro operador na mesma área de influência, ao contrário de tudo que estava preconizado e acordado com este mesmo Ministério.

Perante tal situação foi necessário, a posteriori, o Ministério regulamentar os meios de funcionamento das duas convenções estabelecidas, definindo o número de doentes que ambas iriam ter ao seu cuidado, sendo atribuída uma quota máxima de 18% para a outra operadora e os restantes 82% a serem atribuídos à Fundação Renal Portuguesa.

Esta decisão do Ministério da Saúde foi alvo de uma providência cautelar por parte do outro operador, que teve como efeito parar a transferência dos doentes renais crónicos, como previa a deliberação do Ministério da Saúde, causando deste modo, elevados prejuízos à Fundação Renal Portuguesa, bem como, atrasando consideravelmente o início da atividade, na sua plenitude.

A Fundação Renal Portuguesa contestou a providência cautelar no Tribunal Administrativo de Beja, bem como na ARS Alentejo, tendo como consequência a limitação da atividade junto dos doentes que tinham manifestado de imediato a sua vontade de se transferirem para o centro de Portalegre da Fundação Renal Portuguesa.

Após conhecimento da decisão do Tribunal Administrativo de Beja, em 4 de Maio de 2011, e posterior recurso apresentado pela Fundação Renal Portuguesa, que atribui a esta, a quota de 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre à Fundação Renal Portuguesa, como inicialmente foi determinado pelo Ministério da Saúde e da Entidade Reguladora da Saúde, facilmente se depreende as repercussões que todos estes fatores tiveram na atividade.

Sendo esta quota, o fator relevante no futuro da Fundação Renal Portuguesa, as repercussões na atividade tiveram os seus efeitos positivos durante os anos seguintes (2012 e 2013).

[Handwritten signatures and initials]



A atividade da Fundação Renal Portuguesa ao longo de 2013 centrou-se essencialmente no funcionamento do seu primeiro centro em Portalegre.

A atividade no ano de 2013 do centro de Portalegre conseguiu uma média mensal de cerca de 901 tratamentos de insuficientes renais crónicos, o que trouxe uma forte influência à viabilidade económica e financeira.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados (3,0% em 2013; 3,1% em 2012). Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento bem abaixo do ano anterior (1,9% vs 2,8%), suportado por uma procura privada sustentada, em oposição com a procura pública que apresenta uma contração em 2013. O crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) permanece muito acima dos países desenvolvidos mas abaixo dos níveis elevados dos últimos anos. Em 2014 e 2015 é expectável uma recuperação económica, sustentada pelas economias dos países desenvolvidos.

A atividade económica da União Europeia registou, em 2013, uma recessão relevante com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 0,4% (menos 0,7% em 2012). Espera-se que 2014 seja o ponto de inflexão no que à recuperação económica diz respeito. Esta inversão será atenuada nas economias mais vulneráveis, em resultado de situações de dívida muito elevada (pública e privada) e políticas fiscais recessivas que mantêm os níveis de procura doméstica baixos. Vislumbram-se crescimentos nas exportações que contribuem para alguma melhoria nas economias dos países da União Europeia.

A inflação esperada para a zona euro em 2013 deverá ficar abaixo do 1%. Embora dentro das expectativas, os níveis de inflação refletem níveis de preços em baixa, mesmo que pressionados pela evolução positiva dos preços dos produtos energéticos.

Em novembro de 2013 o Banco Central Europeu decidiu baixar a taxa de referência de intervenção para 0,25%, ou seja, a mais baixa desde a criação do Euro. Esta medida pretende travar a queda de inflação e impulsionar a recuperação económica da zona euro.

A evolução da economia portuguesa está condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, o que tem implicado a tomada de decisões com impacto recessivo e com consequências negativas no mercado de trabalho. No setor público a correção dos desequilíbrios envolve a necessidade de manutenção do processo de consolidação orçamental e no setor privado é consistente com uma redução do grau de endividamento e com a continuação do processo de desalavancagem gradual e ordenado do setor bancário.

Em 2013, manteve-se o cumprimento do programa de ajustamento decorrente do pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional.

A economia portuguesa terá crescido 1,3% durante o último trimestre de 2013, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este desempenho interrompe onze (11)



trimestres de crescimentos homólogos negativos e foi suportado pela recuperação da procura interna, incluindo o investimento, além de refletir um processo de consolidação orçamental em 2013 inferior ao previsto no início do ano.

Persiste, ainda, a incerteza sobre a dimensão efetiva do ajustamento orçamental em 2014 e a do seu impacto no crescimento de curto prazo.

3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Demonstração de Resultados

O valor dos proveitos do exercício de 2013, foi no total de 2.914.342,57 € (dois milhões novecentos e catorze mil trezentos e quarenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos).

Resultado da expectativa da Fundação em ser compensada pelo período em que não foi cumprida a determinação de atribuir 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre, conforme o parecer da Entidade Reguladora da Saúde corroborado pelo parecer do Secretário de Estado da Saúde, à Fundação Renal Portuguesa.

Contudo, o valor da prestação de serviços de tratamento de insuficientes renais crónicos, efetivamente realizados foi de 1.646.204,01 € (um milhão e seiscentos e quarenta e seis mil duzentos e quatro euros e um cêntimo).

Esta medida configura a forte convicção no direito da Fundação Renal Portuguesa em vir a ser ressarcida dos custos incorridos à preparação e investimento que o centro de Portalegre realizou para poder receber os insuficientes renais crónicos que estavam previstos pela deliberação da Entidade Reguladora da Saúde, e não pelos que efetivamente recebeu para tratamento.

Assim, é elementar concluir que o Resultado Líquido do Exercício positivo obtido está largamente inflacionado em relação a atividade real do centro de Portalegre da Fundação Renal Portuguesa em 2013 porque assenta na premissa de proveitos esperados, legitimados pelos pareceres das entidades que gerem o sector, mas que pelas situações atrás relatadas não foram cumpridos.

O valor dos custos do exercício de 2013, foi no total de 1.346.365,19 € (um milhão e trezentos e quarenta e seis mil trezentos e sessenta e cinco euros e dezanove cêntimos), estão em linha com os valores médios do sector.

Os custos reais com a construção do edifício onde o centro de Portalegre se encontra instalado estão contabilizados em Imobilizado corpóreo e incorpóreo por contrapartida de “Outros Empréstimos Obtidos”.

Da mesma forma, os custos relativos ao equipamento para tratamento dos insuficientes renais crónicos instalados, sejam os que compõem as salas de diálise, sejam os dos consultórios, e todo o restante material que está em uso no centro de Portalegre, tiveram igual tratamento contabilístico.



No que se refere à evolução dos efetivos, em 2013, a Fundação teve em média 19 postos de trabalho ativos e 35 prestadores de serviços.

A conjugação destes fatores, com a faturação inflacionada, invalida a determinação clara dos resultados de exploração. Deste modo torna-se difícil apurar, de forma consistente, o Resultado Líquido do Exercício porque, embora se apresentem positivos, no valor de 1.586.656,57 € (um milhão quinhentos e oitenta e seis mil seiscentos e cinquenta e seis euros e cinquenta e sete cêntimos), estima-se que ainda que positivos, bastante menores.

Balanco

Nas contas de balanço merece destaque o fundo social que acolhe as verbas atribuídas a título de donativos, 60 000,00 € e 12 500,00 €, bem como os terrenos adquiridos para a construção do centro de Portalegre, ainda sem consideração do valor relativo à construção do edifício, sendo o valor contabilístico de 427.854,63 €, o correspondente ao valor da avaliação para efeitos de IMI realizada pela Autoridade Tributária.

De salientar também, o valor elevado na rubrica de “Clientes”, na importância de 5.046.817,97 €, que inclui um saldo de abertura no valor de 3.422.550,64 €, pelo facto das importâncias faturados serem referentes ao que seria expectável, caso tivesse sido cumprida a deliberação do Ministério da Saúde e da Entidade Reguladora da Saúde de atribuição de 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre à Fundação Renal Portuguesa.

Deixámos notas de destaque para os valores existentes em “Depósitos Bancários” e “Outros Devedores e Credores” cujos valores não foram passíveis de total controlo e verificação da sua veracidade pela reduzida informação disponibilizada referente ao ano de 2011 pelo anterior Técnico Oficial de Contas, com quem existe um contencioso a decorrer em Tribunal.

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para a atividade da Fundação.

4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

A Fundação Renal Portuguesa tem regularizadas todas as suas obrigações para com a Administração Fiscal, Centro Regional de Segurança Social e todas as outras entidades públicas.

5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e ou, divulgação nas contas do exercício.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e colaboradores a cooperação e a confiança que revelaram ao longo deste exercício.

[Handwritten signatures and initials]



7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando os resultados atingidos, a necessidade de avançar com novos investimentos e a manutenção da solidez financeira, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos fiquem retidos na Fundação. Desta forma propõe a aplicação do Resultado Líquido positivo de 1 586 656,57 € para Resultados Transitados.

Paço de Arcos, 15 de Julho de 2015

A Administração

João M. Fernandes
fori Tanny fun humm de

Jorge Augusto de Rocha Almeida



Balço em 31 de Dezembro de 2013

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2013	31-12-2012
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	887 799,93	1 305 559,27
Ativos Intangíveis	5	56 844,32	71 055,40
Subtotal		944 644,25	1 376 614,67
Ativo corrente			
Inventários	6	69 522,12	8 238,79
Clientes	7	5 046 817,97	3 422 550,64
Adiantamento a fornecedores	8	120 509,92	326 916,44
Outras contas a receber	8	209 270,59	52 748,74
Diferimentos	9	7 387,77	7 368,05
Caixa e depósitos bancários	10	468 160,14	259 810,63
Subtotal		5 921 668,51	4 077 633,29
Total do Ativo		6 866 312,76	5 454 247,96
FUNDOS PATROMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	11		
Fundos		500 354,63	500 354,63
Resultados transitados		2 865 023,51	1 421 251,26
Resultado Líquido do período		1 586 656,57	1 707 328,53
Total do fundo do capital		4 952 034,71	3 628 934,42
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12	555 380,79	400 546,08
Estado e outros Entes Públicos	13	8 152,47	9 174,94
Financiamentos obtidos	15	848 187,05	989 357,55
Outras contas a pagar	14	502 557,74	426 234,97
Subtotal		1 914 278,05	1 825 313,54
Total do passivo		1 914 278,05	1 825 313,54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 866 312,76	5 454 247,96



Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2013

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	16	2 914 342,57	3 016 674,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(354 520,01)	(627 873,31)
Fornecimentos e serviços externos	17	(593 321,37)	(521 337,28)
Gastos com o pessoal	18	(177 514,61)	(121 624,95)
Outros rendimentos e ganhos	19	18 635,39	4 246,39
Outros gastos e perdas	20	(8 218,36)	(36 424,65)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 799 403,61	1 713 660,79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(212 007,20)	(4 521,03)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 587 396,41	1 709 139,76
Juros e rendimentos similares obtidos		43,80	-
Juros e gastos similares suportados	21	(783,64)	(1 811,23)
Resultados antes de impostos		1 586 656,57	1 707 328,53
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		1 586 656,57	1 707 328,53



Demonstração de Alterações dos Fundos Próprios em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Unidade Monetária: Euros					
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores			Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	6	500 354,63	1 421 251,34	1 707 328,53	3 628 934,50
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras Regularizações			(263 556,36)		(263 556,36)
Aplicação de resultados do exercício			1 707 328,53	(1 707 328,53)	
	7	-	1 443 772,17	(1 707 328,53)	(263 556,36)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			1 586 656,57	1 586 656,57
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8			1 586 656,57	1 323 100,21
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					
	10	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2013	6+7+8+10	500 354,63	2 865 023,51	1 586 656,57	4 952 034,71

Unidade Monetária: Euros					
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores			Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	1	500 354,63	70 849,24	1 350 402,10	1 921 605,97
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Aplicação de resultados do exercício			1 350 402,10	(1 350 402,10)	
	2	-	1 350 402,10	(1 350 402,10)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			1 707 328,53	1 707 328,53
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3			1 707 328,53	1 707 328,53
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					
	5	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2012	6=1+2+3+4	500 354,63	1 421 251,34	1 707 328,53	3 628 934,50



Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2013

		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2013	2012
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 472 965,41	1 252 184,15
Pagamento a fornecedores		(875 857,63)	(802 754,18)
Pagamentos ao pessoal		(194 759,73)	(121 624,95)
Caixa gerada pelas operações		402 348,05	327 805,02
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		(8 218,36)	(166 556,83)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		394 129,69	161 248,19
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		43 784,47	881 645,39
Ativos intangíveis		-	71 055,40
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(43 784,47)	(952 700,79)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	989 357,55
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(141 212,10)	
Juros e gastos similares		(783,64)	(1 811,23)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(141 995,74)	987 546,32
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	259 810,63	63 716,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	468 160,14	259 810,63



Anexo às Demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2013

1. Identificação da Entidade

A Fundação Renal Portuguesa é uma Fundação sem fins lucrativos reconhecida pela Direção Geral da Segurança Social como uma instituição particular de segurança social em 10 de Maio de 2010, com sede na Rua Armando Cortez, n.º.1, 2.º-B, 2770-233 Paço de Arcos, com o NIF: 509 393 799. Tem como principal objeto social a construção e gestão de clínicas para o tratamento de doentes renais crónicos através de sistema substitutivo da função renal, vulgo hemodiálise.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".



[Handwritten signatures and initials]

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.



[Handwritten signatures and initials]

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste, por contrapartida de resultados do período.